

O SILÊNCIO COMO CONTINUIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE TRECHO DA OBRA “BOM DIA, VERÔNICA”, ESCRITO POR ILANA CASOY E RAPHAEL MONTES

Data de aceite: 02/06/2023

Rebeca Silveira Ribeiro Lima

“(…) A tristeza escraviza, nos faz dependentes de que alguma coisa aconteça, nos obriga a esperar por um olhar, um movimento, uma coragem, um amanhecer qualquer que limpe nossas águas e nos devolva a liberdade, lugar onde a alegria encontra espaço para existir.” (Tudo é rio, Carla Madeira).

PRIMEIRAS PALAVRAS

Esse é um trabalho científico sem a menor linearidade. Ocupa simultaneamente o lugar de objeto de pesquisa e autoanálise. Vivi uma relação de agressões físicas e psicológicas com um ex namorado e, para não sucumbir na solidão da tragédia, busquei me desdobrar da posição sujeito individual e observar o assunto sob uma perspectiva social através da Análise do Discurso. Deslocando-me da posição de sujeito empírico e falando a partir de uma posição sujeito-mulher, faço um recorte que

me causou extremo incômodo: o fenômeno social que sucede um ato de agressão homem-mulher. O caminho deste trabalho é um, e não outro. Certo, recorrente e habitual, por isso, cultural e silencioso. Ocorre sem ser notado.

Ainda que tenha sido sancionado como crime, ainda que em voga a operação da Lei Maria da Penha, ainda que feminicídio e feminismo sejam assuntos disseminados com mais frequência, por diferentes figuras públicas, instituições públicas e privadas, ainda que a macropolítica esteja caminhando para promover mudanças legislativas, punitivas, educativas, há uma sinuosa e gritante falha na micropolítica; posicionamentos permanecem omissos, relativizam a situação e tratam aceitável o absurdo. Assim, motivada pelas reflexões sobre silêncio na Análise de discurso, questiono: como o silêncio se constitui socialmente em consequência das agressões sofridas pelo sujeito-mulher cujo agressor foi o próprio companheiro? Que ideologias atravessam e constituem esses silêncios? Investigar a

influência que um meio social tem à vítima quando não emite com veemência o que, depois de séculos de luta está posto, é um ato reflexivo importante: um agressor é um criminoso e frequência e modo não são variantes. O feminicídio não se tornou crime porque matar de vez em quando é coisa de cidadão estressado depressivo perturbado. É crime porque o patriarcado encontra meios de se reinventar e mulheres não param de morrer. Esse texto analisa discursos e silêncios produzidos após uma situação de violência contra a mulher, e tem como objeto de observação trecho da obra literária brasileira “Bom dia, Verônica”, escrita por Ilana Casoy e Raphael Montes. Os recortes do discurso estão distribuídos ao longo dessa leitura e trazem um diálogo com os estudos da Análise do Discurso de linha pecheutiana.

INICIAMOS O TEXTO COM O RECORTE ABAIXO RETIRADO DO CORPUS EM ANÁLISE:

“Como assim aquela tal de Janete me solta essa pérola? *Acho que o meu marido vai me matar...* Sério? E ela estava calma daquele jeito? E ainda disse que ele matava mulheres? Como ela descobriu isso?

Desconfia sempre, Verô, diria o meu pai. Nunca comprei de primeira o relato da vítima chorosa que entra na delegacia dizendo que assaltaram seu carro. Pode ser só uma encenação para enganar o seguro.

Por algum motivo, porém, eu acreditava em Janete. Claro que não descartava a hipótese de ela ser uma maluca ou uma engraçadinha querendo passar trote na polícia, mas podia ser também uma mulher finalmente tomou coragem de entregar o marido cruel.”. (Trecho do livro “Bom dia, Verônica”)

O homicídio de uma mulher começa com um silêncio. A noção de silêncio postulada por Orlandi (2007), traz uma especificidade. Segundo a autora, há o silêncio constitutivo (aquele em que se diz x para não se dizer y) e o silêncio local (o da censura, que indica a interdição do dizer).

Distinguimos entre: a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar; b 1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e b 2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura). (ORLANDI, 2013, p. 24)

Em nosso ponto de vista, é o silêncio da interdição que interdita sentidos sobre ser dona de seu próprio corpo, sua própria vontade. Esses passam a ser propriedade do homem agressor, quando, por não concordar com o fim de um relacionamento, mata a mulher. O silêncio da interdição relacionado à violência contra mulheres, gera, por sua vez, o medo, que é uma forma de controle. Medo que vai além da chance de ter a vida findada pelo companheiro, mas do lugar que sabe que vai ocupar quando o caso chegar

em instâncias além do núcleo a dois. É exaustivo ter a ilusão que a macropolítica está cessando conflitos de gênero. As brechas, os “poréns”, os “não foi bem assim”, “ela era agressiva, ciumenta e ele sempre foi parceiro”, “não posso me envolver, não sei como ocorreu”, “briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, são enunciados que fazem circular sentidos que a violência contra a mulher é algo que não deve ser denunciado, que afeta e agride direitos, mesmo que o corpo do sujeito mulher vítima de violência doméstica traga marcas de agressão.

Os horizontes se reduzem ao tamanho de uma caixa preta restrita ao mover-se. E outros enunciados circulam silenciando a gravidade da violência contra a mulher: “Ele também faz muitas coisas boas”, “é um ótimo pai, profissional, vizinho”. Por qual motivo permanecem as tentativas em compreender a trajetória do agressor, torná-lo mais ameno, humano e passível de erros, e, ao mesmo tempo, investigar comportamentos provocativos da vítima? Podemos compreender isso se remontarmos à história do patriarcado que sustentou a constituição da sociedade brasileira, e seus desdobramentos prosseguem até hoje. A proteção ao homem caminha de maneira proporcional à culpabilização da mulher. O discurso patriarcal transforma a condição da mulher que, de vítima, passa a ser culpada.

Tudo começa pelo mito de Eva, como parte do corpo de Adão, como ser não integral. A ousadia de Eva, ao dialogar com uma serpente e provar de um fruto proibido, tira de Adão a vida no paraíso. Adão teria, então, uma vida eternamente castigada pela subversão e curiosidade desnecessária de Eva. Ora, quem ousa ser capaz de deslocar o homem do paraíso? A punição precisa vir.

Em Segundo Sexo, Simone cita Lévi-Strauss:

“A passagem do estado natural ao estado cultural define-se pela aptidão por parte do homem em pensar as relações biológicas sob forma de sistema de oposições: a dualidade, a alternância, a oposição e a simetria, que se apresentam de formas definidas ou vagas, constituem fenômenos a serem explicados que os dados fundamentais e imediatos da realidade social.” (colocar ano e página).

Beauvoir (1980, p. 14) continua:

“Tais fenômenos não se compreenderiam se a realidade humana fosse exclusivamente um *mitsein*, isto é, uma determinação existencial do ser baseado na solidariedade e na amizade. Descobrimos na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência; o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto. De onde vem essa submissão da mulher? A diáspora judaica, a introdução da escravidão na América, as conquistas coloniais são fatos precisos. Aqui peço licença para modificar o termo “conquistas” para “invasões”. Nem sempre houve proletário, sempre houve mulheres. Elas são mulheres em virtude de sua estrutura fisiológica; por mais longe que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem: sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução, ela não aconteceu. Vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo habitat, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social a

certos homens – pai ou marido.”.

Como afirma Pêcheux, o sujeito vai se identificar com uma formação discursiva que o domina, e esta, por sua vez, estará sempre inserida em uma ideologia.

“Como a interpelação do indivíduo em sujeito do discurso se dá pela identificação do sujeito com a FD que o domina, não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia.” (GRIGOLETTO, 2005, p.63)

O sistema patriarcal rege o funcionamento das relações e subjetividade, também no Brasil, e vai associar imagens e fatos a conceitos e ideias estabelecidas. Termos como “*Desconfia*”, “*vítima chorosa*”, “*encenação para enganar*” são elementos de discurso que circulam com frequência instaurando o silêncio em situações em que mulheres sofrem violência, seja em ambiente doméstico ou não. Esses recortes são parte da mesma formação discursiva que discursivizam a mulher como enganadora, mentirosa, e que, por isso, não merece ser ouvida, quiçá legitimada.

A caça às bruxas foi uma perseguição da igreja católica que durou mais de 04 séculos, de 1450 a 1750. Mulheres que colhiam, cultivavam e tinham conhecimentos sobre como preparar receitas a partir de plantas, eram descritas como seres selvagens, justamente pela oposição ao modelo feminino estabelecido, isto é, qualquer traço que se opusesse a mulheres passivas, dóceis, obedientes, cuidadosas, submissas e subordinadas à vida em família. A memória histórica construiu as mulheres ideais como aquelas que não ameaçassem afastar Adão do paraíso, não apagando a ideia de que a culpa pela saída do paraíso é da mulher.

“Mesmo uma nova FD não supõe o “apagamento” total dos saberes com os quais ele está se desidentificando. Isto é, o que é anterior, continua ressoando, fazendo eco nessa nova forma-sujeito na qual o sujeito se inscreveu e que também está determinada social, histórica e ideologicamente”. (GRIGOLETTO, 2005, p. 65)

No recorte trazido no início deste texto, ressalta-se que ainda que a narradora expresse um lado ouvinte à situação da vítima, a ideia de Janete ser uma impostora segue ecoando no discurso, a partir de um já-dito histórico que coloca em xeque a palavra da mulher, através da passagem “*Claro que não descartava a hipótese de ela ser uma maluca ou uma engraçadinha*”. Ao mesmo tempo e de forma contraditória, havia algo no relato de Janete que aproximava a narradora-detetive. Ainda que ela fosse uma impostora, tinha algo ali passível de ser credibilizado e investigado. O termo “*hipótese*” indica que a informação transita entre distintas formações discursivas, ou Janete mente ou fala a verdade, ou ambos. A mulher pode ser representada como impostora ou corajosa ou ambos.

Baile das Loucas, dirigido por Mélanie Laurent, é um filme que conta a história de uma camponesa de família tradicional do século XIX que se descobre médium. Traída pelo irmão, com quem tinha amizade, é levada a viver em um manicômio para mulheres, com práticas de tortura e testes de laboratório com estudiosos da mente. Lá era o lugar

de todo e qualquer tipo de mulher que não cumprisse à risca as normas morais católicas e conservadoras. Não era uma possibilidade à mulher deter qualquer gênero de conhecimento. Seria o primeiro passo rumo ao poder. Não era possibilidade cogitar uma sociedade regida por mulheres de conhecimento. Não só.

A história das mulheres mostra que elas não podiam ocupar determinados lugares, não podiam, tampouco, ser muito atraentes e sedutoras, pois isso perturbava o juízo de esposos, padres, chefes; homens sérios-de-família. Novamente, a segurança de Adão no paraíso não pode ser comprometida.

No Brasil, até a década de 30 do século passado, as mulheres não tinham direito a voto e participação política. Até o início da década de 60, mulheres casadas precisavam da autorização dos maridos para trabalhar. No mesmo período, chega a pílula anticoncepcional, sinal de movimentos de resistência. Até a década de 70, era proibido o pedido de divórcio. Na década de 80, é criada a Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM). Há 16 anos, surge a Lei Maria da Penha, que vai configurar a violência doméstica à mulher como ato criminoso. “O discurso se faz no regime de repetição, e tal repetição se dá no interior de práticas discursivas que são de natureza social.” (INDURSKY, 2013, p.93)

As alterações federais são recentes e, ainda que em trânsito, o olhar social para mulheres solteiras, lésbicas, bissexuais, chefes, distantes da estética mulher-revista, questionadoras, combativas, antipáticas e qualquer outra característica fora da construção de mulher ideal, é carregado de discriminação, repressão e retroalimenta a memória discursiva sobre ser mulher, tal qual, ao agir assim, e não assado, ela é “triste, louca ou má”.

Ao observar no trecho da obra “Bom dia, Verônica”, termos como “*maluca*” e “*engraçadinha*”, vemos uma variação de conceitos construídos para segregar as mulheres da nata humana. Seres corrompíveis, maléficos, problematizadores, não possuem sentimento e olhar próprios, o corpo da mulher não é dela e não há espaço para ele fora da ideologia patriarcal dominante. “*Maluca*” chega a ser um clichê, quando usado no sentido depreciativo, para descrever mulheres fervorosas e emissoras das próprias impressões universais. Mulheres que invertem, subvertem, revelam existir e resistir. Já “*engraçadinha*” pode possuir ao menos duas conotações, a primeira daquela que não deve ser levada a sério, é uma piadista, comediante, brincalhona. Boba. Só está jogando com o tempo e integridade dos outros. E a segunda é aquela que se aproxima de um ser infantil. O adjetivo está no diminutivo para dar força a ideia de se tratar de um ser menor, indefeso, inexperiente. Não é adulto, não responde por si, está à parte daquilo que deve ser levado em consideração.

É esse detalhe na construção histórica que vai auxiliar a nossa percepção sobre o ponto central deste trabalho. Vamos olhar para os vestígios que rastejam no imaginário coletivo, constituindo uma memória histórica sobre ser mulher e que permitem a normalização do feminicídio, isto é, não verbalizar, nem modificar a posição das peças do

jogo. Esse imaginário é recortado por silêncio e censura que

“chega a nos fazer compreender de modo interessante o que é, por exemplo, a censura, vista aqui por nós não como um dado que tem sua sede na consciência que um indivíduo tem de um sentido (proibido), mas como um fato produzido pela história.” (ORLANDI, 2013, p.13)

Retomando o recorte inicial postulado neste trabalho, tomamos o trecho: “mas podia ser também uma mulher finalmente tomado coragem de entregar o marido cruel,”, indica que a violência contra a mulher é algo ainda comum. A expressão de uma mulher tomando coragem, indica, pelo implícito que há outras que têm medo de denunciar as agressões sofridas. Se as lutas feministas se fortalecem e ganham mais notoriedade, se as leis progredem em prol da proteção e direito da mulher e as intolerâncias e discriminações são cada vez mais rígidas, por que os casos de agressão doméstica seguem, igualmente, crescentes? Onde está a falha dessa engrenagem? Remontamos isso à história do patriarcalismo onde o poder pátrio comandava toda a família, destituindo a mulher de direitos, subordinando-a à vontade do homem ao tempo em que a proclamação da mulher viria carregada de significados opostos aos que verdadeiramente a levaram a não silenciar. “Toda materialidade carrega em si um conjunto de traços discursivos que conectam a já-ditos anteriores e exteriores a ela mesma” (INDURSKY, 2013, p. 92).

O silêncio que constitui sentido no enunciado “uma mulher tomando coragem de denunciar um marido cruel”, se justifica pelo medo imposto às vítimas. De acordo com uma pesquisa feita pelo Datafolha e encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, cerca de 52% das mulheres vítimas de violência doméstica, sofre calada e continua vivendo o ciclo das agressões. De acordo com a psicóloga norte-americana Robin Norwood, autora do livro “Mulheres que amam demais”, normalmente a mulher está disposta a assumir mais de 50% da culpa em qualquer relacionamento, além de apresentar uma autoestima baixa e achar que no fundo, não mereça ser feliz. A vulnerabilidade é a porta de entrada para relações abusivas e esta não se trata de um problema individual, mas um projeto coletivo e historicamente construído. Se a mulher não é discursivizada como uma bruxa, puta má, é representada como frágil e vulnerável.

De acordo com os dados do IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica), metade dos brasileiros conhece uma mulher que já foi agredida pelo parceiro ou ex, mas 94% dos homens dizem nunca ter agredido. Somente 1 em cada 5 denunciou o parceiro às autoridades policiais e/ou contou para um amigo ou familiar, diz pesquisa feita em parceria com o Instituto Patrícia Galvão e o Instituto Beja.

Utilizemos os dados da pesquisa para levantar uma reflexão. Iniciemos com a noção de que apenas metade da população afirma conhecer uma mulher que já foi agredida, é um número duvidoso e destoante da realidade brasileira, o que nos leva a constatar que há o silêncio que funciona pela interdição, uma vez que é grande o número de sujeitos mulheres que sentem constrangimento ao falar do assunto e preferem manter distância.

Silenciam. A representação de homens que afirmam nunca ter agredido uma mulher é sustentada pelo polimento social: não dizer que agride, é não se constituir como agressor. A ideia de homem agressor passa também pela construção de gênero, uma vez que ao homem é fadado o direito de agredir e matar uma mulher, caso esta não se adeque aos padrões do que se considera mulher submissa, sentido esse proveniente da história do patriarcado e que, inclusive, continua a circular em diversas instituições, a partir, por exemplo, do discurso religioso. “O poder se exerce acompanhado de um certo silêncio. É o silêncio da opressão”. (DE CERTEAU, 1980, apud ORLANDI, 2018, p. 101). Há, portanto, o silêncio que se instala no ambiente social e cultural que interdita o dizer sobre agressão a mulheres. “Na perspectiva que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é.” (Orlandi, 2007, p.12) Para entendermos o silêncio que permite agressões físicas homem-mulher, é importante entendermos que 1 - o sujeito se constitui em sociedade e, portanto, é o que é de acordo com o lugar que ocupa no meio social. e 2 - qual é o funcionamento dos grupos em que essa mulher está inserida? Essas questões não se constituem aleatoriamente, mas fazem parte de uma memória discursiva, cujo conceito foi postulado por Courtine, segundo o qual: “a noção de memória discursiva, diz respeito à existência do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos.”. (COURTINE, 1981, p.53)

Quando uma mulher é agredida, nasce um silêncio, uma culpa e um princípio de morte. Toda relação abusiva-agressiva parte de um lugar, tem uma origem. Antes da agressão física, muito já ocorreu: pequenas agressões verbais, depreciação feminina, etc. O sujeito mulher torna-se dependente emocionalmente. Segura, prende, bate, espanca, ameaça. Consideremos o melhor dos cenários, ela consegue se separar e obter uma medida protetiva.

O que faz uma mulher depois de ser violada fisicamente pelo seu parceiro? No podcast da Obvious, Marcela Ceribelli convida Manuela Xavier, psicanalista, Doutora em psicologia clínica, autora da obra “De olhos abertos, uma história não contada sobre relacionamentos abusivos” para falar sobre o tema “O que vem depois de uma relação tóxica?”. Durante a entrevista, Manuela afirma que o patriarcado é um sistema que se reinventa. Enunciados como “mulher minha não usa roupa curta” são, atualmente, recebidos com menos tolerância, outros modos de submissão feminina são criados como a ideia de culpa pelo fim de um relacionamento. E de quem é a culpa? A psicóloga também afirma: “é preocupante como tomamos extremo cuidado com as nossas palavras e ações, onde qualquer erro pode levar a uma explosão total. E que erro foi esse?”. Assim é o funcionamento do silêncio: a mulher vítima de violência passa a ocupar uma posição de eterna culpada pelo comportamento agressivo do homem. A liberdade de verbalização e fácil convencimento dos homens, unidos a impunidade sustentada pela própria história, são capazes de gerar dúvidas sobre quem, de fato, é vítima.

A censura é capaz de fazer calar, mas não é capaz de impedir a lembrança. “Por

algum motivo, porém, eu acreditava em Janete.”. Teria essa mesma sensação surgido caso Verônica fosse um homem? “A história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes.” (PÊCHEUX, 1997, p.190)

O enunciado em “Briga de marido e mulher, não se mete a colher”, carrega o silenciamento acerca de agressões homem-mulher e gera um novo questionamento: é um problema de âmbito privado ou público? No momento em que a Lei Maria da Penha se caracteriza como crime de violência doméstica, manter um agressor impune em um ciclo social, é um problema social e político.

“A frase implicada pelo silêncio seria uma negativa que se formularia assim:
a) esse caso não é da sua conta; b) esse caso não existe; c) esse caso não é significável; d) esse caso não é da minha conta.”. (LYOTARD, 1983, p. 30).

Enquanto a mulher é psicologicamente privada de compartilhar essa situação com pessoas do seu ciclo social e com as autoridades, o homem transita nesse meio social com naturalidade, permanece ocupando uma mesma imagem social, ele está protegido pela história. “A situação não foi bem assim”, “Ela era muito descontrolada”, “Não foi só ele que agrediu”, “Ele tem depressão”, “Ele tem transtornos”, são alguns dos enunciados, eu diria, contemporâneos, para silenciar e revelar a mulher como cúmplice de seu próprio encarceramento amoroso. “O processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre, sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui papel de matéria-prima.” (PÊCHEUX, FUCHS, 1969/1997, p. 77).

Dentre as maneiras de sabotar a posição da mulher enquanto vítima, são comuns paráfrases como: “ela também me agredia, eu só reagi”, “bati porque não estou bem, fui diagnosticado com depressão”, “minha intenção era acalmá-la e resolver a situação.” São muitos os discursos que fortalecem a ideia de que ele teve motivos para cometer o crime. De fato, ele teve, mas nenhum é de responsabilidade da vítima. Todo e qualquer motivo de agressão física é de responsabilidade integral do agressor. É cultural recair a culpa sobre a mulher. A tal da dinastia da Eva. E quem vai ousar deslocar Adão do paraíso? Não há prática sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”. (PÊCHEUX, 1975, p. 213)

PALAVRAS FINAIS

O conceito de memória deriva, abordado por Freda Indursky, me traz a imagem de uma mulher boiando em um oceano azul claro, prestes a abandonar tensões musculares e restabelecer seu corpo no mundo. Algo na nossa anatomia não permitiria que ela deixasse certas memórias no fundo do mar. Seguem em companhia na função de repetir e alertar. Freud e Jung acreditavam que as coisas em nosso subconsciente não desaparecem, mas ressurgem como destino e sorte em nossas vidas. Não conseguir lembrar as coisas não significa que esquecemos. As palavras, as imagens, os impulsos relacionados a eventos traumáticos ressurgem como uma linguagem secreta que fala da dor que carregamos.

Se hoje posso escrever esse artigo, é porque loucas, bruxas e más sofreram, gritaram e saíram do eixo comum. Rodei muito para encontrar o meu tema. Quase escolhi falar sobre teatro ou picho. Acabei falando de morte. Acabei falando de vida. Acabei falando de mulher. Nada desaparece. São apenas as peças se movendo.

REFERÊNCIAS

Althusser, L. (s.d.). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Editorial Presença / Martins Fontes.

Beauvoir, S. d. (1980). *O Segundo Sexo – a experiência vivida*. (S. M. ed., Trad.) São Paulo: Difusão Européia do Livro.

GRIGOLETTO*, E. (2005). A Noção de Sujeito em Pêcheux.: 7.

Indursky, F. (2013). O TRABALHO DISCURSIVO DO SUJEITO ENTRE O MEMORÁVEL E A DERIVA. 14.

LEÃO, L. (2019 de outubro de 12). A não notificação da violência e o silenciamento da vítima. *Jornal do Brasil*.

MELLO, L. G. (2021). INTERSUBJETIVIDADE E SOFRIMENTO ENTRE AS MULHERES – UMA. *UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO*, 105.

Montes, I. C. (2022). *Bom dia, Verônica*. São Paulo: Schwarcz S.A.

Nilton Milanez, C. B.-C. (2010). *Entre a Memória e o Discurso*. Clara Luz.

Orlandi, E. P. (1942). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp.

Orlandi, E. P. (1994). DISCURSO, IMAGINÁRIO SOCIAL E CONHECIMENTO . 7.

Paixão, A. M. (2022). Rompendo o silêncio e a ocultação da mulher Ester Nunes Bibas: educadora e escritora na história da educação do Pará . 32.

Paraná, T. (19 de 01 de 2013). O silêncio no relacionamento. *Tribuna Paraná*.

Renata Bitar, P. L. (17 de 11 de 2022). Metade dos brasileiros conhece uma mulher que já foi agredida pelo parceiro ou ex, mas 94% dos homens dizem nunca ter agredido, diz Ipec. *G1*.